

PRESERVAÇÃO: CAMPANHA DEFLAGRA GUÉRRAS ENTRE ENTIDADES AMBIENTALISTAS DO PAÍS

Compromisso brasileiro foi assumido sem consulta a órgãos que formulam planos de conservação

Campanha do Fundo Mundial para Natureza (WWF) para preservação de florestas coloca o governo brasileiro em situação delicada e detona uma guerra inédita entre as entidades ambientalistas que atuam no País. O cenário é de confusão amazônica. Em jogo estão a floresta, os povos da floresta e US\$ 35 milhões do Banco Mundial (Bird). A meta da campanha internacional, cujo tema é Florestas para a Vida, é chegar ao ano 2000 com, pelo menos, 10% de cada tipo de floresta existente no mundo protegidos em unidades de conservação.

A adesão do Brasil foi para inglês ver: durante viagem do presidente Fernando Henrique Cardoso, o príncipe Philip foi comunicado de que o presidente assumia o compromisso pessoal de manter 10% da Floresta Amazônica preservada, endossando campanha do WWF, entidade da qual o príncipe faz parte. No Brasil houve susto e surpresa, para começar porque a área remanescente é bem maior que isso – mais de 80% da Floresta Amazônica está em pé.

A surpresa: a adesão à campanha do WWF se deu sem prévia consulta aos organismos legalmente constituídos para discutir e formular políticas de conservação, como o Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama), e acabou atropelando um grande projeto do próprio governo, o Programa Nacional da Diversidade Biológica (Pronabio), que está em curso, envolve vários ministérios e entidades ambientalistas e destina-se, entre outras coisas, a avaliar a biodiversidade e estabelecer formas adequadas a sua conservação. Um de seus projetos, o Probio, tem ações especificamente dedicadas à Amazônia.

O susto: ambientalistas e técnicos governamentais, pegos de surpresa, diziam não entender o que significavam “os tais 10% a serem preservados”. Queriam saber que tipo de unidade de conservação o governo havia se comprometido a criar.

Houve polêmica e respostas desencontradas até que, no fim de abril, um fax do Ministro de Meio Ambiente, Gustavo Krause, para o WWF, esclarece a dúvida. O governo estava falando em manter 10% da Amazônia intocada, na forma mais rígida de proteção, as unidades de conservação de uso restrito, onde é vetada a presença humana. A notícia caiu feito bomba.

Um grupo de entidades que atuam na Amazônia – Grupo de Tra-



Arquivo/AE

Cerca de 80% da Floresta Amazônica ainda estão intocados

balho Amazônico (GTA), Conselho Nacional de Seringueiros (CNS) e a Rede Brasil – denunciou por meio de carta aberta que governo, WWF e Bird estavam fazendo um projeto de grande porte que excluía a população amazônica. E mais, preocupava-se com a possibilidade de que povos indígenas, ribeirinhos e comunidades extrativistas tivessem de ser removidas das áreas onde vivem, dependendo de onde fossem criadas as unidades de conservação, já que a lei não permite que elas sejam habitadas.

Foi aí que a briga tomou força. As ONGs passaram a criticar abertamente o WWF (fato raro na comunidade ambientalista) por causa da exclusão da população amazônica. “A criação de áreas protegidas de uso restrito, proposta pelo WWF e aceita pelo governo, é uma concepção de conservação ambiental adotada no Primeiro Mundo, que não deu certo. Estados Unidos, Europa e Canadá fizeram, não funcionou, isso está historicamente comprovado”, diz Fábio Vaz, do GTA. Ele defende a tese de que a realidade amazônica não permite a exclusão das comunidades tradicionais e nenhum projeto de conservação que deixe de envolver e trazer benefícios às comunidades pode dar certo. “Sem envolvimento as populações seriam empurradas para as cidades ou acabariam degradando a floresta com suas atividades.”

O coro de protestos foi endossado. “Além de ineficaz, a proposta do WWF adotada pelo governo é socialmente injusta”, acusa Roberto Kishiniami, diretor-executivo do Greenpeace no Brasil. “Além disso, manter 10% da floresta sob proteção restrita irá necessariamente envolver gente – quem conhece a região sabe que, apesar da baixíssima densidade populacional, a Amazônia é quase toda habitada.”

O ambientalista João Paulo Capobianco, secretário-executivo do Instituto Socioambiental condena a forma como o WWF envolveu o governo. “Foi um acordo feito por cima, sem articulação das ONGs, que atropelou o processo em andamento, além disso, do ponto de vista ambiental essa proposta não tem significado. Por que 10% e

não 20%, 7% ou 70%?” O instituto é a organização que coordena o consórcio de ONGs que está elaborando a proposta de definição de unidades de conservação na Amazônia encomendada pelo próprio governo.

Nem governo nem WWF assumem a culpa pela “exclusão da população local”. Segundo o diretor-executivo da entidade no Brasil, Garro Batmanian, a campanha internacional tem duas vertentes, uma de cunho preservacionista, que propõe a proteção de 10% das florestas em forma de parques e unidades de uso restrito e, portanto, exclui a presen-

ça humana. E a outra, conservacionista, que propõe a ampliação das áreas de florestas manejadas, ou seja, exploradas de forma sustentável e com a presença humana. “A decisão de escolher a primeira foi do governo. Se nós erramos foi por não termos insistido junto ao governo para que aceitasse as duas ou não aceitasse nenhuma – mas pensamos e achamos que era melhor pelo menos garantir a preservação dos 10%”, diz Batmanian.

O governo joga a culpa no WWF. “A proposta do WWF que nos chegou junto com o Bird era exclusiva para a criação de áreas de uso indireto, na forma de parques nacionais”, explica o secretário de política ambiental do Ministério de Meio Ambiente, Raimundo Deusdará. “Desde o início o ministro Krause deixou claro que não seria possível excluir as populações.”

O WWF reafirma que o teor do fax de Krause é o contrário – decisão de excluir foi do governo, quando aceitou a primeira parte da campanha. Deusdará diz que tamanha polêmica pode colocar em risco a execução do projeto.

Para ele, a proposta do WWF veio a calhar num momento em que o governo pretendia aumentar as áreas de uso direto e indireto, mas a entidade acabou confundido as coisas. “O WWF não pode se arvorar a condutor do processo. Eles quiseram se aproveitar, acharam que tinham a condução, mas tiveram de voltar atrás. O WWF não é coordenador do projeto, não tem ingerência sobre ele e não dará o rumo do projeto”, reforça Deusdará. “As ONGs estão brigando por uma coisa que não existe: o projeto ainda não existe, por enquanto é apenas uma idéia de projeto, e o dinheiro ainda não chegou.”

A confusão ainda vai longe – há possibilidade de que as coisas se acalmem depois de uma reunião, no dia 26, quando as entidades vão tentar conciliar as propostas. Mas a saia-justa a que o governo foi submetido tem pelo menos um resultado positivo, o governo terá de rever o compromisso assumido pelo presidente Fernando Henrique em Londres. “Estamos convencidos de que não é possível fazer um projeto para a Amazônia sem contemplar as populações, e o governo vai pleitear junto ao Bird a ampliação da proposta do WWF, para permitir que as comunidades locais possam ser envolvidas”, diz Deusdará. (P.F.)

Meta da campanha é chegar a 2000 com 10% de cada tipo de floresta protegidos